

**HABEAS CORPUS Nº 493.656 - SC (2019/0044183-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
FLÁVIA STRINGARI MACHADO - SC035072  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : LEONARDO CUNHA DA ROSA (PRESO)  
**PACIENTE** : ROGER MAY PEREIRA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LEONARDO CUNHA DA ROSA e ROGER MAY PEREIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Apelação n. 0006149-72.2016.8.24.0045).

Consta dos autos que os pacientes foram condenados, em primeiro grau de jurisdição. LEONARDO restou apenado com 8 anos, 10 meses e 19 dias, em regime inicial fechado, e multa, pela prática do crime previsto no art. 157, § 3º, parte final, c/c o 14, inciso II, ambos do Código Penal, por três vezes, em concurso formal, enquanto que ROGER recebeu a pena de 11 anos, 7 meses e 15 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e multa, por incurso nas sanções dos arts. 157, § 3º, parte final, c/c o 14, inciso II, ambos do Código Penal, por três vezes, em concurso formal, e 180, *caput*, do mesmo estatuto, em concurso material com os latrocínios (e-STJ fls. 307/326).

Irresignadas, a defesa dos pacientes e o Ministério Público interpuseram recursos de apelação, sendo ambos parcialmente providos para compensar a agravante da reincidência com a atenuante da confissão espontânea no que toca ao paciente ROGER e, em relação a ambos os pacientes, reduzir a fração aplicada à minorante da tentativa. Em consequência, a pena de LEONARDO foi redimensionada para 13 anos e 4 meses de reclusão

e multa, enquanto a de ROGER foi alterada para 15 anos de reclusão e multa, mantidos os demais termos da condenação (e-STJ fls. 453/470). Segue a ementa do acórdão:

*APELAÇÃO CRIMINAL. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. LATROCÍNIO, POR TRÊS VEZES, NA MODALIDADE TENTADA, EM CONCURSO FORMAL, E RECEPÇÃO PARA UM DOS AGENTES, EM CONCURSO MATERIAL COM AQUELES DELITOS (CÓDIGO PENAL, ART. 157, § 3º, PARTE FINAL, COM REDAÇÃO ANTERIOR ÀS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI 13.654/2018, COMBINADO COM ART. 14, II, E NA FORMA DO ART. 70, CAPUT, E 180, CAPUT, NOS TERMOS DO ART. 69, CAPUT). SENTENÇA CONDENATÓRIA. INSURGIMENTO DE AMBAS AS PARTES.*

*INCONFORMISMO DA DEFESA.*

*RÉU LEONARDO CUNHA DA ROSA. PLEITEADA ABSOLVIÇÃO POR AUSÊNCIA DE PROVAS DA AUTORIA DELITIVA. IMPROCEDÊNCIA. ACUSADO QUE, COM SEU COMPARSA, ADENTRA ESTABELECIMENTO COMERCIAL, SUBTRAI, MEDIANTE AMEAÇA EXERCIDA COM EMPREGO DE ARMA DE FOGO, APARELHO CELULAR DE UMA CLIENTE E DINHEIRO DO CAIXA, POSTERIORMENTE RETIRANDO-SE E ATIRANDO CONTRA POLICIAL MILITAR QUE DÁ VOZ DE PRISÃO, EMPREENDENDO FUGA NA SEQUÊNCIA. DECLARAÇÕES FIRMES E HARMÔNICAS PRESTADAS PELAS VÍTIMAS INDICANDO AMBOS OS DEMANDADOS COMO OS RESPONSÁVEIS PELA AÇÃO. FILMAGENS DO CIRCUITO INTERNO DE MONITORAMENTO QUE NÃO DEIXAM DÚVIDAS DA IDENTIFICAÇÃO. INEXISTÊNCIA, OUTROSSIM, DE MÁCULA NO RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO REALIZADO POR INOBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ART. 226 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. DISPOSITIVO LEGAL QUE VEICULA MERAS RECOMENDAÇÕES.*

*ALMEJADA DESCLASSIFICAÇÃO PARA O DELITO DE ROUBO. INVIABILIDADE. DISPARO DE ARMA DE FOGO EFETUADO POR UM DOS DENUNCIADOS NA DIREÇÃO DE SERVIDOR ESTATAL QUE DETERMINA QUE CESSEM A EMPREITADA DELITIVA. ANIMUS NECANDI CONFIGURADO.*

*REQUERIDO AFASTAMENTO DO CONCURSO FORMAL. SUSTENTADA OCORRÊNCIA DE CRIME ÚNICO. DESCABIMENTO. INFRAÇÃO PENAL COMPLEXA. MAIS*

*DE UM BEM JURÍDICO VIOLADO.*

*DOSIMETRIA DA PENA. PRIMEIRA ETAPA DO CÔMPUTO. CONSEQUÊNCIAS DO INJUSTO E ANTECEDENTES CRIMINAIS, ESTES PARA UM DOS INFRATORES, ACENTUADOS. ALEGADA EXASPERAÇÃO DA SANÇÃO BASILAR DESPROPORCIONALMENTE. INOCORRÊNCIA. ADOÇÃO PELA SENTENCIANTE DA FRAÇÃO DE UM SEXTO ROTINEIRAMENTE UTILIZADA PELA CORTE.*

*FASE INTERMEDIÁRIA. PRETENSE COMPENSAÇÃO INTEGRAL ENTRE AS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA E AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA. POSSIBILIDADE. PROCESSADO QUE ADMITIU A PRÁTICA DELITIVA E OSTENTA APENAS UMA CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO ANTERIOR AOS FATOS E POR DELITO DE NATUREZA DIVERSA. MEDIDA QUE SE IMPÕE.*

*IRRESIGNAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.*

*POSTULADA MINORAÇÃO DA REPRIMENDA DOS ILÍCITOS DE LATROCÍNIO NO MONTANTE DE UM TERÇO EM DECORRÊNCIA DA TENTATIVA. PARCIAL PERTINÊNCIA. EXTENSÃO DO ITER CRIMINIS PERCORRIDO QUE SERVE DE CRITÉRIO À QUANTIFICAÇÃO DA DIMINUIÇÃO. PATAMAR DE METADE QUE MAIS SE ADEQUA À HIPÓTESE.*

*PRONUNCIAMENTO PARCIALMENTE ALTERADO. RECURSOS CONHECIDOS E EM PARTE PROVIDOS.*

Os embargos de declaração opostos pela defesa foram rejeitados (e-STJ fls. 488/494).

No presente *mandamus* (e-STJ fls. 3/13), a impetrante sustenta que os pacientes sofrem constrangimento ilegal, na medida em que o acórdão proferido pela Corte local ensejou a manutenção de excessiva pena-base. Para tanto, afirma que a pena deve partir da mínima cominada ao delito, em direção ao termo médio, revelando-se desproporcionais, na hipótese dos autos, os incrementos de 1/6 para cada circunstância judicial negatizada.

Além disso, entende ser ilegal a redução da pena em apenas 1/2, pela tentativa, na medida em que o *iter criminis* percorrido foi mínimo.

Nesse contexto, entende que a redução das penas dos pacientes, pela tentativa, deve ocorrer na fração máxima de 2/3.

Ao final, formula pedido liminar para que os efeitos da condenação em relação aos excessos sejam suspensos e, no mérito, pede a redução das penas dos pacientes.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção dos pacientes.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, sendo necessário aprofundado exame dos autos para a aferição de eventual constrangimento.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Suficientemente instruída a impetração, dispenso informações.

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator